

IMPRESSOS PEDAGÓGICOS NAS BIBLIOTECAS DAS ANTIGAS ESCOLAS NORMAIS (1930-1960)¹

Maria de Lourdes PINHEIRO²

RESUMO

O presente texto inscreve-se na perspectiva da história cultural, conforme as proposições de Chartier (1990) e Certeau (1996), e faz uma reflexão, ainda inicial, sobre os impressos pedagógicos presentes nas bibliotecas das antigas escolas normais brasileiras no período de 1930-1960, momento este em que “pioneiros da Escola Nova” e católicos utilizaram-se do impresso como estratégia para divulgar ou censurar concepções pedagógicas com a intenção de consolidar um determinado modelo escolar. Assim, estudos sobre os impressos são relevantes, sobretudo, por revelarem as transformações culturais e políticas que emergiam no momento da sua publicação, bem como as tendências pedagógicas que balizavam a formação de professores, a estrutura da escola e as políticas educacionais. Os acervos das bibliotecas das antigas escolas normais, portanto, são de extrema importância para mapear os conhecimentos pedagógicos que circulavam no meio educacional num dado momento e podem ser considerados como representativos de produção, circulação, apropriação e representação de modelos culturais.

Palavras-chave: Impressos pedagógicos. Escolas normais. Apropriação. Estratégia. Representação.

INTRODUÇÃO

A presente discussão³ inscreve-se na perspectiva da história cultural e faz uma reflexão, ainda inicial, sobre os impressos pedagógicos que se encontram nas bibliotecas das antigas escolas normais no período que vai dos anos iniciais da década de 1930, quando se acentuaram os embates educacionais entre “pioneiros da educação nova” e católicos, que se utilizaram, sobretudo, do impresso como um dispositivo estratégico para divulgar ou censurar concepções pedagógicas com a intenção de consolidar um determinado modelo escolar, até por volta dos anos finais da década de 1960, quando o movimento renovador no Brasil mostrava um esgotamento. A ênfase deste trabalho é quanto à circulação das ideias escolanovistas apropriadas e ressignificadas pelos católicos de maneira a conservar os fundamentos para uma educação “perfeita e cristã”.

¹Trabalho desenvolvido no âmbito do CIVILIS (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania) da Faculdade de Educação/Unicamp (sem financiamento)

²Doutora em Educação pela FE/Unicamp. Docente das Faculdades Aldete Maria Alves, Iturama/MG. Pesquisadora do Grupo CIVILIS (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania) da FE. E-mail: pinheiro.lou@gmail.com

³ Esta discussão foi apresentada no II Simposio Iberoamericano: Historia, Educación, Patrimonio Educativo, que ocorreu em Buenos Aires, Argentina, nos dias 16, 17 e 18 outubro de 2013

A discussão insere-se em uma proposta de pesquisa que tem como objetivo fazer o levantamento e a organização das coleções pedagógicas da antiga biblioteca da EE Carlos Gomes de Campinas/SP. Assim, concomitante ao trabalho de organização das coleções, será realizada a identificação e a análise dos livros do período delimitado, em especial daqueles utilizados pelos católicos para veicular um *corpus* de saberes fundamentados no ideário escolanovista para a prescrição de práticas docentes adequadas a um modelo de pedagogia católica.

A proposta de pesquisa articula-se a um projeto maior, denominado “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual Carlos Gomes”, cujo acervo histórico vem sendo organizado pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, no âmbito do CIVILIS (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania) da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Por este projeto mais amplo, foram já realizadas a organização das fontes documentais e a publicação do inventário histórico documental do arquivo da instituição (MENEZES et al., 2009), dentre outras publicações. O projeto mais amplo contempla também a organização do acervo bibliográfico que vem sendo realizada pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes juntamente com os demais integrantes do trabalho (bolsistas PIC-Jr. e PIBIC, bolsistas SAE e alunos de pós-graduação).

A partir do projeto maior de organização do acervo bibliográfico da instituição, o levantamento e o estudo das coleções pedagógicas possibilitarão compreender como o modelo católico conquistou espaços no campo educacional em conformação naquele momento, bem como possibilitarão conhecer a organização que um dia receberam pela bibliotecária da escola, uma vez que os livros que compõem as coleções trazem marcas como carimbos, classificação e número de registro (tombo). Como observa Menezes (2011, p.2):

[...] A guarda do acervo, a organização e a manutenção estão fortemente articulados aos propósitos educacionais de um período e dos profissionais que então compunham o quadro funcional da instituição, tal como a figura do bibliotecário, nesta escola uma bibliotecária, que permaneciam por muitos anos na escola e tinham, portanto, um conhecimento aprofundado, podendo-se dizer, muito íntimo do seu setor, como no caso específico do acervo bibliográfico.

Os livros trazem ainda, ao final, uma ficha de registro de empréstimo, com as datas de retirada e devolução pelos usuários que os consultavam, o que possibilitará saber se havia uma demanda significativa (ou não) de empréstimos e quais os títulos mais procurados. Além disso, será possível uma análise das “marcas de leitura” muitas vezes deixadas nos livros por aqueles que os emprestavam, “que podem ser lidas como indícios da presença constante do leitor” (CUNHA, 2012, p. 25). O estudo de tais marcas traz a possibilidade de se compreender

como se deu a circulação dessas coleções entre professores da instituição e alunos do curso normal e o uso provável que delas fizeram.

Os livros possuem também “fichas matrizes” com informações de cada obra, por meio das quais será possível saber quantos exemplares havia de cada livro, se as coleções estavam completas ou se havia somente os exemplares atualmente localizados.

A preocupação com o levantamento das coleções pedagógicas no período delimitado não se reduz, porém, como salienta Fernandes (2009, p.2), “[...] à etiquetagem dos achados ou ao recenseamento dos escritos mas sim à indagação da razão dos acontecimentos passados, das ideias construídas, dos sonhos sonhados”.

Nesse sentido, esta proposta fundamenta-se nas premissas de Chartier (1990), para quem é necessário considerar o impresso em sua materialidade de objeto cultural, preocupando-se com as práticas que o produziram e os usos que dele são feitos, o que significa discernir as marcas de sua produção, circulação e usos. Em função disso, os impressos com destinação pedagógica também devem ser vistos como estratégias editoriais que apresentavam determinados saberes tidos como necessários à prática docente.

O conceito de estratégia é tomado a Certeau (1996), para quem o exercício das práticas pressupõe um lugar de poder que o espaço das estratégias é capaz de produzir, mapear e impor. Daí a necessidade de considerar a materialidade do livro e de analisar como estratégias seus dispositivos textuais e editoriais para a formação e a prática de professores. É nesse sentido que se deve interrogar como os impressos pedagógicos organizaram e constituíram uma cultura pedagógica considerada como necessária para a formação e a prática dos professores, quem selecionava os saberes pedagógicos veiculados por eles e qual a configuração material (textual e tipográfica) utilizada.

Assim, estudos sobre os impressos são relevantes, sobretudo, por revelarem as transformações culturais e políticas que emergiam no momento da sua publicação, bem como as tendências pedagógicas que balizavam a formação de professores, a estrutura da escola e as políticas educacionais. Os acervos das bibliotecas das escolas normais, portanto, são de extrema importância para mapear os conhecimentos pedagógicos que circulavam no meio educacional num dado momento, e podem ser considerados como representativos de uma produção, circulação, apropriação e representação de modelos culturais. A organização desses espaços, por consequência, é uma importante contribuição para a preservação do patrimônio histórico pedagógico.

OS EMBATES EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 1930

A partir de 1920, no cenário educacional brasileiro, os modos de conceber a finalidade do trabalho escolar e de natureza da atividade infantil passaram a ser gradativamente reconfigurados, por meio da propagação internacional das concepções educacionais de Dewey, Montessori e Decroly (dentre outros), o que refletiu numa transformação das representações das práticas escolares vigentes até então. Com uma investida contra as propostas pedagógicas que até então se fundamentavam no método de ensino intuitivo, teve início um amplo debate sobre a Escola Nova.

Aprofundava-se, assim, uma discussão que tivera início com o ensino intuitivo no Brasil, desde o final do século XIX, no sentido de que a escola não deveria apenas oferecer situações em que o educando pudesse observar, mas que também pudesse agir, o que lhe daria condições de elaborar o seu próprio conhecimento. Entretanto, pelo movimento escolanovista, mais do que atualizar princípios e práticas educativas do fim do século XIX, a Escola Nova buscava promover, a partir de 1920, rupturas nos saberes e fazeres escolares.

Os embates educacionais travados nesse período, tanto em torno das proposições pedagógicas sobre o método de ensino intuitivo, quanto das novas representações sobre a atividade da criança difundidas pelos escolanovistas, buscavam legitimação no campo dos saberes pedagógicos. Nesse sentido, “pioneiros” e “católicos” utilizaram-se de diversas modalidades de impressos (como revistas, manuais e coleções pedagógicas) para a organização desses saberes, representando-os como necessários à prática docente. Mas,

A partir da Revolução de 1930, o campo de consenso constituído no movimento educacional dos anos vinte passa a ser tensionado por estratégias de dois grupos rivais que se antagonizam na luta pelo controle do aparelho escolar, os “católicos” e os “pioneiros”, como viriam a ser chamados na historiografia sobre o tema. A denominação alude, no caso do segundo grupo, à sua condição de signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, como tomada de posição em defesa de um sistema nacional de educação pública, leiga e gratuita. No caso do primeiro, designa setores do laicato intelectual católico militante que se articularam no Centro D. Vital, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e, principalmente, a partir de 1934, na Confederação Católica Brasileira de Educação (CARVALHO, 2005, p. 88-9).

O Manifesto explicita a tomada de posição de um grupo de educadores que vinha se reunindo na década de 1920 e que percebeu na Revolução de 1930 uma oportunidade de vir a exercer o controle da educação do país. Os “pioneiros” colocaram-se, assim, como os “renovadores” da educação e aqueles que se opunham às suas ideias foram considerados “tradicionais” como, por exemplo, os católicos. Todavia, a crescente penetração do ideário renovador na educação brasileira não se deu apenas entre os “pioneiros da educação nova”,

pois circulou também entre os católicos, que buscaram inserir-se no movimento renovador das ideias e métodos pedagógicos.

O impresso pedagógico no Brasil dos anos 1920 e 1930 foi peça fundamental de um programa de transformação da cultura nacional, sobretudo o livro. “Pioneiros” e católicos utilizaram-no para difundir modelos e ideais pedagógicos para ganhar a adesão do professor e garantir também o controle do campo educacional. Nessa “manipulação das relações de forças” (CERTEAU, 1996, p.99), os impressos foram suportes que buscavam estabelecer uma ordem.

Mas, enquanto os “pioneiros” utilizaram o impresso para constituir um repertório de saberes que oferecesse fundamentos e subsídios à prática docente, divulgando e privilegiando a edição de coleções pedagógicas que funcionassem como ferramentas de transformação do trabalho do professor nas escolas, os católicos utilizaram o impresso como dispositivo de constituição de um lugar de autoridade e censura do discurso escolanovista dos adversários, ao mesmo tempo em que constituía e legitimava o seu próprio discurso, o que reforça a afirmação de Chartier (1990) de que, para cada caso, é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Para “filtrar” a leitura dos professores nos livros que compunham as coleções pedagógicas, os católicos selecionavam, divulgavam e/ou censuravam leituras, prescrição de práticas e proposições pedagógicas, impondo, assim, uma “pedagogia nova”, mas apropriada e ressignificada de maneira a conservar os fundamentos da tradição católica. A formulação para tais critérios fundamentava-se na encíclica *Divina Illius Magistri* (1929), que tratava da educação da juventude e segundo a qual “não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã”. Para tanto, recomendava-se que a Escola Nova fosse examinada, porém conservando-se o que havia de bom na escola “antiga”: “acolhendo, pois, o que é novo, terá o cuidado de não abandonar facilmente o antigo, demonstrado bom e eficaz pela experiência de muitos séculos” (ENCÍCLICA, 1929, p.24).

UMA ESCOLA RENOVADA NOS MOLDES CATÓLICOS

Para divulgar suas concepções pedagógicas, os “pioneiros” publicaram em editoras como, por exemplo, a Companhia Melhoramentos de São Paulo e a Companhia Editora Nacional, também de São Paulo. Na primeira editora, saiu a coleção “Biblioteca de Educação”, organizada por Lourenço Filho a partir de 1927. Manoel Bergström Lourenço Filho era uma figura muito conhecida no campo educacional, tendo empreendido uma

reforma educacional no Estado do Ceará em 1922. Foi ainda Diretor Geral do Ensino em São Paulo em 1930, professor na Escola Normal de São Paulo, membro da Sociedade de Educação de São Paulo, diretor da revista “Escola Nova” e participava ativamente das Conferências Nacionais de Educação.

Na segunda editora, saiu a coleção “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, com início em 1931, na qual a série “Atualidades Pedagógicas” recebeu a organização de Fernando de Azevedo, num primeiro momento e, posteriormente, de João Batista Damasco Penna. Azevedo era uma figura muito conhecida e prestigiada, tinha posição de liderança no movimento educacional. Tal liderança havia sido construída em São Paulo, ao dirigir um Inquérito sobre a Instrução Pública, em 1926, nas páginas do jornal “O Estado de São Paulo”. Além disso, havia consolidado sua liderança e posição de prestígio com a reforma escolar que veio a realizar no Distrito Federal em 1928.

A partir de 1945, porém, houve um movimento de “adaptação” ao mundo moderno por parte dos católicos, com reorganização e modernização da Igreja; a renovação educacional também fazia parte desse processo, uma vez que viam nos princípios laicistas da Escola Nova uma “ameaça” aos princípios e valores cristãos. Assim, o projeto de educação católico articulava-se a uma formação cristã das mentalidades para fazer frente às ameaças trazidas pelo laicismo e suas consequências.

No Brasil, essa preocupação levou a uma inovação dos discursos dos educadores católicos, que publicaram coleções como “Curso de Psicologia e Pedagogia” pela Companhia Editora Nacional de São Paulo, com organização do professor Theobaldo de Miranda Santos, a partir de 1946, e “Biblioteca Didática Brasileira”, série “Escola Viva”, pela Gráfica Aurora (Rio de Janeiro), com direção do professor Afro do Amaral Fontoura, a partir de 1949.

Observa-se que havia nessas coleções para professores uma preocupação com a escolha dos nomes do editor ou do organizador, pois seus nomes conferiam às coleções a legitimidade necessária, devido, sobretudo, ao prestígio e à posição que ocupavam no campo educacional. No caso das publicações católicas, Santos e Fontoura são também autores dos livros e ambos foram professores de escolas católicas.

Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) nasceu em Campos, município do Rio de Janeiro. Formou-se pela Escola Normal Oficial de Campos e em Odontologia e Farmácia pelo Colégio Grambery, de Juiz de Fora. Ocupou diversos cargos na esfera pública e educacional: foi professor de Prática de Ensino na Universidade do Distrito Federal e no Instituto Católico de Estudos Superiores, no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi nomeado Diretor Geral do

Departamento de Educação Primária (1942) e chegou a assumir a função de Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, dentre outras funções. Além dos livros que compunham a coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”, também escrevia artigos para revistas e jornais. Seus manuais pedagógicos foram, em grande parte, destinados aos cursos normais. Abaixo, os títulos de sua autoria, publicados na coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”, que teve início em 1946:

Quadro 1 – Títulos publicados na coleção “Curso de Psicologia”.

Volumes	Títulos
1	Noções de Filosofia da Educação
2	Noções de História da Educação
3	Noções de Psicologia Educacional
4	Noções de Sociologia Educacional
5	Noções de Pedagogia Científica
6	Noções de Didática Geral
7	Noções de Didática Especial
8	Noções de Administração Escolar
9	Noções de Prática do Ensino
10	Noções de Metodologia do Ensino Primário
11	Manual do Professor Primário
12	Manual do Professor Secundário
13	Orientação Psicológica da Criança
14	Métodos e Técnicas do Estudo e da Cultura
15	Noções de Psicologia Experimental
16	Noções de Psicologia da Criança
17	Noções de Psicologia do Adolescente
18	Noções de Psicologia da Aprendizagem
19	Noções de Psicologia da Personalidade

Fonte: Da própria autora.

Afro do Amaral Fontoura⁴ era bacharel pela Faculdade de Filosofia do Brasil e foi professor na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e na Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal. Ele foi presidente da Associação Brasileira das Escolas Normais na década de 1960 e presidiu o 1º Congresso

⁴ Não foram localizadas até o momento informações sobre nascimento e morte deste autor.

Brasileiro de Ensino Normal, realizado no Rio de Janeiro. Além dos livros da coleção “Biblioteca Didática Brasileira”, série “Escola Viva”, escreveu ainda uma cartilha; compilações de legislação educacional; manuais de ensino e artigos em periódicos. Abaixo, os títulos de sua autoria, publicados na coleção “Biblioteca Didática Brasileira”, série “Escola Viva”, que teve início em 1949:

Quadro 2 – Títulos publicados na coleção “Biblioteca Didática Brasileira”.

Volumes	Títulos
1	Fundamentos da Educação
2	Sociologia Educacional
3	Metodologia do Ensino Primário
4	Psicologia Geral
5	Psicologia Educacional (1ª parte)
6	Psicologia Educacional (2ª parte)
7	Prática de Ensino
8	O Planejamento no Ensino Primário
9	Didática Geral
10	Manual de Testes
11	Didática Especial da 1ª Série
12	Educação Cívica e Calendário Cívico Brasileiro (1º semestre)
13	Calendário Cívico Brasileiro (2º semestre)
14	Filosofia da Educação
15	Instituições Escolares
16	Organização Social e Política Brasileira

Fonte: Da própria autora.

Ambas as coleções possuíam títulos variados, mas tinham em comum livros que tratavam de Filosofia da Educação, Sociologia da Educação e Psicologia da Educação, além de Didática, Prática de Ensino e Metodologia do Ensino Primário.

OS MANUAIS DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS E AFRO DO AMARAL TEIXEIRA

Uma das principais críticas que os católicos faziam à Escola Nova era quanto aos seus pressupostos filosóficos. Para Leonardo Van Acker, por exemplo, um representante do

pensamento católico conservador, o campo filosófico-educacional possibilitava um espaço privilegiado de afirmação dos princípios cristãos (ALBUQUERQUE, 2005).

Nesse sentido, em “Noções de Filosofia da Educação”, um dos livros que compunha a coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”, Theobaldo Miranda Santos (1951) observava que a filosofia deveria ser aplicada aos problemas educacionais. Sendo este um manual destinado à formação de futuros professores, caberia à Filosofia da Educação a tarefa de analisar, criticar e ordenar sua conduta pedagógica, porém em acordo com uma concepção cristã de homem.

De acordo com Santos (1951), seu livro foi elaborado com o objetivo de assinalar os fundamentos filosóficos da pedagogia moderna, pondo em relevo “a força, a harmonia e a vitalidade” da educação cristã. Suas concepções, discutidas em dez capítulos, apresentavam uma Filosofia da Educação dividida em duas partes: “As bases filosóficas da educação”, em que discutia os conceitos de filosofia e de educação, a relação entre as mesmas e sua importância na formação do educador; e “Problemas filosóficos da educação”, em que observava que os fins da educação, os valores educativos, os métodos, os conceitos de educando e educador, bem como o processo de aprendizagem e a disciplina deveriam ser objetos de uma análise crítica, assim como também as contribuições das diversas ciências.

Para o autor, importava realizar uma aplicação da filosofia aos problemas essenciais da educação. Dessa forma, caberia à filosofia da educação formular finalidades, ditar princípios, normas, ideais e valores, além de ordenar as ações pedagógicas e nortear a ação educativa. Além disso, a educação escolar deveria cuidar também da formação religiosa dos alunos, uma vez que o fim último do homem está em Deus. Assim, sua concepção de vida não repousava sobre os “produtos frágeis e precários” da razão humana, mas sobre os princípios “sólidos e imutáveis” do cristianismo. Nesse sentido, a formação educativa deveria ser orientada para Deus, ideal de toda perfeição e fim último do homem, e com o qual se deveria relacionar, “necessariamente”, toda obra da educação.

Afro do Amaral Teixeira, por sua vez, ao considerar os “exageros” da Escola Nova, sobretudo a questão de que, para fugir dos excessos de disciplina da escola tradicional, muitas escolas caíam no excesso de liberdade, observava que seria incoerente considerar um erro tudo o que se fazia na escola “antiga”, devendo antes haver um equilíbrio entre o “velho” e o “novo”. Daí a denominação que propunha: “escola renovada” que, para o autor, seria a Escola Nova despida de seus exageros.

Admitia, porém, que a Escola Nova proclamava alguns princípios que considerava certos, como a questão de que o indivíduo educa a si mesmo, de forma que toda educação é

autoeducação (no entanto, se mal interpretado, também podia levar a incoerências). Conforme o autor, o “erro” da filosofia da Escola Nova estava em sua índole socialista, mas ressaltava que a concepção democrática de Dewey (desconsiderando-se o seu “socialismo”) era das mais notáveis, e salientava que a escola democrática deveria tornar-se uma das maiores forças na defesa de uma civilização cristã. Observava ainda que se o objetivo da Escola Nova era o desenvolvimento da personalidade humana através de uma educação integral, então a educação religiosa não poderia ser deixada de lado.

Outro princípio da Escola Nova que Fontoura aceitava era o de que a escola deveria preparar para a vida, daí a campanha que lançava em prol de uma educação brasileira renovada e para a qual dava o nome “Escola Viva”, denominação também dada à coleção de livros didáticos através da qual procurava, “modestamente”, colaborar com a renovação do ensino normal no Brasil.

Pela coleção “Biblioteca Didática Brasileira”, o livro “Filosofia da Educação”, cuja 1ª edição é de 1969, apresentava-se dividido em quatro unidades: na primeira, em quatro capítulos o autor conceituava filosofia e educação e a relação entre elas; na segunda, em dez capítulos analisava as várias concepções de vida e suas consequências na educação; na terceira, em cinco capítulos abordava o que considerava as seis categorias da educação (os fins e o objeto da educação, seu agente, os instrumentos, os meios e o produto da educação); e, por último, em dois capítulos discutia a renovação da educação no mundo moderno (seus fins e meios). Além da divisão por unidades, capítulos e temas, o livro trazia ainda um índice de comentários (“nótulas”) e suas respectivas páginas, que se localizavam abaixo dos assuntos abordados (ao todo, 91 comentários).

Para Afro do Amaral Fontoura, a finalidade da educação era a elevação do homem e da humanidade; para isso, seria necessário formar, preparar, aperfeiçoar o homem através da atualização de suas potencialidades, sendo os valores religiosos os mais importantes. Conforme o autor, a educação era a atualização de todas as possibilidades que Deus havia colocado no indivíduo.

CONCLUSÃO

Por ser esta uma discussão ainda em caráter inicial, o primeiro contato com as obras de Santos e Fontoura possibilitaram, nesse momento, apresentar os principais conceitos e propostas dos mesmos, não sendo uma análise mais aprofundada acerca das suas ideias.

A reflexão preliminar, porém, permite compreender que os livros que compunham as coleções pedagógicas foram utilizados no país como dispositivos estratégicos para a formação e a prática de professores, num momento em que se acentuava o debate educacional brasileiro entre “pioneiros” e católicos, que se apropriaram de ideias escolanovistas com a intenção de consolidar um determinado modelo escolar. Nesse sentido, utilizaram-se de estratégias como, por exemplo, a escolha dos organizadores das coleções: figuras de destaque no cenário educacional brasileiro, que emprestaram sua reputação junto às coleções e ofereceram, ao mesmo tempo, credibilidade aos títulos publicados.

Assim, os livros que compunham as coleções, tanto de um como de outro, divulgavam ou censuravam saberes considerados adequados aos modelos de pedagogia que defendiam e, portanto, deveriam circular nas bibliotecas das escolas normais, local de formação de futuros professores. É importante considerar, também, que as diversas formas de estratégias que utilizaram para divulgar ou censurar concepções pedagógicas foram ainda no sentido de consolidar um modelo escolar.

Por fim, é preciso ressaltar a importância dos trabalhos que vêm sendo realizados com o objetivo de organizar os acervos documentais e bibliográficos das antigas escolas normais, pois representam uma relevante contribuição para a recuperação e a preservação do patrimônio histórico da educação.

PEDAGOGICAL PRINTED IN LIBRARIES OF THE ANCIENT NORMAL SCHOOLS (1930-1960)

ABSTRACT

This text falls within the perspective of cultural history, according to propositions of Chartier (1990) and Certeau (1996), and it is a reflexion, even initial, on pedagogical printed in the libraries of the ancient normal Brazilian schools in the period 1930- 1960, at which time "the pioneers of the New School" and Catholics used the printed as a strategy to disseminate or censor pedagogical concepts with the intention of consolidating a particular school model. Thus, studies on printed materials are relevant, especially for revealing the cultural and political changes that were emerging at that time of its publication, as well teaching trends that marked teacher training, the structure of the school and educational policies. The collections of the libraries of the ancient normal schools, therefore, are extremely important to map the pedagogical knowledge that circulated in the educational environment at any given time and can be considered as representative of production, circulation, ownership and representation of cultural models.

Keywords: Pedagogical printed. Normal schools. Appropriation. Strategy. Representation.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. B. B. Leonardo Van Acker e a filosofia da educação na PUC/SP. In: JORNADA DO HISTEDBR 6., 2005, Ponta Grossa - PR, **Anais...** Ponta Grossa: PUC, 2005. p.18. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1029/1029.pdf>
Acesso em: 07 ago. 2013.
- CARVALHO, M. M. C. de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 87-104, 2005.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis -RJ: Vozes, 1996.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CUNHA, M. T. S. Rastros de leituras: um estudo no acervo de livros do Museu da Escola Catarinense (décadas de 20 a 60 do século XX). **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2012.
- ENCÍCLICA *Divini Illius Magistri***, 31 de dezembro de 1929, 28p. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html>. Acesso em: 07 ago. 2013.
- FERNANDES, R. Escola Normal de Campinas. In: MENEZES, Maria Cristina (Coord.). **Inventário histórico documental: Escola Normal de Campinas (1903-1976) - De Escola complementar a Instituto de Educação**. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2009, p. 01-04.
- FONTOURA, A. do A. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Aurora, 1969.
- MENEZES, M. C et al. **Inventário histórico documental: Escola Normal de Campinas (1903-1976) - De Escola Complementar a Instituto de Educação**. Campinas - SP: FE/Unicamp, 2009.
- _____. O mapeamento de uma biblioteca de formação de professores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória, **Anais...** Vitória-ES: SBHE/UFES, 2011, p.13.
- SANTOS, T. M. **Noções de filosofia da educação**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

Recebido em 12 de novembro de 2014.
Aceito para publicação em 09 de fevereiro de 2015.